

LENDAS E MITOS NO ENSINO DA HISTÓRIA

JOSÉ MATTOSO*

Um dos módulos do «Estudo do Meio» do programa do 1º ciclo, intitulado «À descoberta dos outros e das instituições», apresenta como tema para o 3º ano «O passado do meio local». O método do ensino consiste em partir de factos e vestígios do passado local para iniciar o aluno no conhecimento da História em geral.

Não posso aprofundar muito um comentário aos pressupostos pedagógicos subjacentes a esta opção; mas gostaria de dizer, em todo o caso, que a considero não só correcta e adequada para o ensino da História a crianças e pré-adolescentes, mas até da maior importância para que, desde a mais tenra idade, encarem o conhecimento do passado como intimamente ligado à realidade e à vida pessoal e não como um conhecimento livresco e puramente intelectual, sem nenhuma relação com a vida de todos os dias. De facto pretende-se, em primeiro lugar, que se transforme a noção infantil do passado, vaga e sem referências cronológicas, numa noção temporal precisa na qual se enquadrem ordenadamente os acontecimentos mais importantes, de forma a poderem associar-se entre si, para uma compreensão mais ampla da realidade individual e social. Ora não é fácil passar da noção infantil do tempo, que se caracteriza por um acentuado carácter mítico, para a noção adulta e objectiva da História. Trata-se, creio eu, de um problema em aberto e que a grande maioria dos professores de História conhecem mal. Não tentarei resolvê-lo, mas não posso deixar de chamar a atenção para ele, dadas as enormes implicações que tem para o ensino, sobretudo nos primeiros anos. De qualquer maneira, trata-se de tentar tirar partido do fascínio que a criança tem por qualquer narrativa e de modo particular pelo conto, para passar do discurso ficcional, situado num tempo mítico ou imaginário, para o relato situado no tempo histórico e datável, reconstituído a partir de documentos e inscrito na memória, seja dos contemporâneos, seja dos antepassados. A pedagogia tradicional resolvia este

* *Universidade Nova de Lisboa*

problema relativamente bem, na linha de uma prática muito antiga, organizando a história pátria em torno de uma sequência de histórias dos reis. Transitava-se assim, de uma forma natural, do tempo do conto para o tempo da comunidade pátria. Era um processo efectivamente adequado à didáctica da história nacional.

Não se pense, porém, que estou a preconizar o regresso puro e simples a estes métodos. A minha intenção é, antes de mais, advertir para os perigos de um ruptura completa do ensino da História com a história narrativa e para a necessidade de ter em conta a capacidade de compreensão das crianças e dos adolescentes. Mas quero também chamar a atenção para o facto de não termos ainda encontrado uma didáctica alternativa e com resultados seguros. O actual ensino da História depara com muitas dificuldades não resolvidas.

Admitamos, portanto, como adquirido, o interesse pedagógico da narrativa histórica, sobretudo no primeiro ciclo. Admitamos também que é de todo o interesse começar a iniciação à História pela história local, como propõe o programa do 3º ano de escolaridade. Ora a verdade é que não é fácil conciliar uma coisa com a outra, porque a exploração dos factos e vestígios do passado local não se pode integrar facilmente numa narrativa sequencial e completa, como era outrora a história dos reis, forma de história narrativa que, apesar de todas as críticas que lhe têm sido feitas, continua a estar na mente de todos nós como modelo referencial. Na história local encontram-se factos relevantes, que marcam a memória da comunidade e deixam os seus vestígios nos monumentos, mas situam-se normalmente numa sequência descontínua impossível de transformar numa narrativa coerente, com princípio, meio e fim.

O facto, porém, de não ser possível tratar a história local como outrora se tratava a história pátria não quer dizer que se renuncie por completo à narrativa. Ela deverá, porém, reservar-se para casos ou acontecimentos que se prestem a esse tratamento. Posso dizer que a minha paixão pela história tem muito que ver com uma visita feita pela minha escola ao mosteiro da Batalha e com a maneira como o meu professor da 3ª classe contou, na sala do capítulo, a história de Afonso Domingues, servindo-se, vim depois a sabê-lo, de um dos capítulos das *Lendas e narrativas* de Alexandre Herculano. Assim, a narrativa de um simples episódio no próprio local onde se teria passado pode ter mais eficácia pedagógica que um ano inteiro de laborioso ensino de história pátria. Em suma, história narrativa não significa fazer de cada ano do ensino da História um relato completo seja ele do que for - comunidade local ou nacional - desde as origens até à actualidade.

O mais importante, creio eu, é inculcar a ideia de que o passado é um campo infinitamente vasto, do qual só é possível conhecer alguns factos ou alguns sectores. Neste sentido, contar uma história verídica (se possível dramatizada) é geralmente mais eficaz para «abrir o apetite» do que resumir toda a história de Portugal em várias lições. Em segundo lugar, importa transmitir a ideia de que a exploração desses factos e sectores se deve fazer em função das necessidades presentes; isto é, devemos procurar saber do passado aquilo que nos ajuda a conhecer o presente e nos pode orientar de forma a movimentarmo-nos nele com segurança e bem estar. De facto, a segurança e o bem estar exigem uma relação muito íntima com as colectividades de diversos níveis em que estamos inseridos, sem as quais não podemos subsistir e para com as quais temos deveres de cooperação. Por isso - terceira ideia a inculcar -, o conhecimento do passado das colectividades em que estamos inseridos é muito importante para podermos compreender devidamente o seu funcionamento. A civilização europeia, o país em que vivemos, a região em que estamos, o local em que nascemos, a religião que professamos, o partido político em que votamos marcam obviamente os diversos níveis de solidariedades que exigem de nós uma actuação comprometida e responsável. Só a medida certa desse conhecimento nos permite equilibrar a defesa dos nossos direitos individuais e da nossa autonomia pessoal com os deveres colectivos.

Isto significa, portanto, que ao iniciar a criança no estudo do passado, o mais necessário talvez não seja contar-lhe a História de Portugal; o que é preciso é contar-lhe muitas histórias e dar-lhe a entender que para ela se tornar adulto e se tornar um membro activo da sociedade precisa de saber muitas mais.

I

Voltemos, portanto à história local. Na minha opinião, e na sequência do que acabo de dizer, é mais importante pôr os alunos a procurar numa enciclopédia ou num Guia de Portugal os conhecimentos básicos acerca dos nomes das ruas, dos monumentos e dos edifícios, do que tentar uma reconstituição completa da história da cidade, da vila ou da aldeia. Cada um desses elementos: nomes de ruas, igrejas, monumentos, tem uma pequena história. Normalmente os alunos gostam de a descobrir, contanto que se saibam quais os caminhos que devem seguir. Este trabalho de busca interessa-os, mas requer explicações, por exemplo, sobre o papel que as personagens que deram nome às ruas desempenharam a nível local e nacional. Sem isso eles não

consciencializam a sua relação com o campo vivo em que se movem e que obviamente polariza os seus interesses pessoais. Ora isto pode dar bastante trabalho ao docente, mas é compensador. O mesmo se diga se se trata de conhecer a história de edifícios e monumentos, o que exige explicações sobre os diversos estilos artísticos, com ajuda de *slides* e breves noções elementares de história da arte. Mas parece-me também um trabalho fecundo.

É talvez mais difícil aproveitar narrativas sobre a história local, a não ser em casos excepcionais, como por exemplo a heroica resistência de Sto. Aleixo da Restauração durante as Guerras da Restauração, ou episódios da actuação do Remexido na serra algarvia, ou a descrição do cerco e conquista de Silves por Sancho I, ou da tomada de Alcácer pelo bispo de Lisboa e os Cruzados. Nem todas as localidades contam na sua história episódios semelhantes, pela simples razão de não se situarem em nenhuma fronteira, e por isso não ter por eles passado nenhuma guerra. É, de facto, a guerra aquilo que fornece a matéria mais fácil de aproveitar para as narrativas históricas. Acontece, porém, que em Beja há matéria para isso. Pode-se contar a conquista da cidade em 1162 por Geraldo Sem Pavor e os cavaleiros vilãos de Santarém, e a ocupação e pilhagem da cidade durante quatro meses com o arrasamento completo das suas muralhas para evitar a recuperação militar da fortaleza pelos muçulmanos. Depois, a constituição de um bando de salteadores chefiado pelo mesmo caudilho que passou a assaltar todas as povoações e fortalezas da região, até decidir empreender a conquista de Badajoz. Pode-se dizer que Geraldo Sem Pavor espalhou o terror por toda a parte, porque em vez de fazer os seus ataques no verão, como era costume, atacava de noite e de surpresa, durante o inverno, e penetrava no interior por meio de grandes escadas que encostava às muralhas. Nessa altura as fortalezas mouras tinham as muralhas mais baixas do que os castelos que conhecemos actualmente. Pode-se dizer também que Badajoz era a fortaleza mais importante de todo o ocidente muçulmano e que por isso Geraldo pediu ajuda a Afonso Henriques. A seguir pode-se contar o célebre episódio do desastre do rei às portas da cidade, o seu aprisionamento e libertação, a restituição de todas as povoações conquistadas por Geraldo, mas a sua permanência na região onde continuou os seus assaltos até acabar por se pôr ao serviço do emir de Marrocos e por ser condenado à morte e executado por o emir suspeitar das suas ligações com Afonso Henriques. Pode ainda dizer-se que o mesmo emir mandou reconstruir as muralhas de Beja e que instalou aí uma importante guarnição que atacou muitas vezes os portugueses instalados em Évora, até que eles vieram a vencê-los definitivamente a cidade bastantes anos mais tarde. Devo dizer que estes episódios me parecem bem

mais interessantes do que uma imaginária conquista de Beja por Gonçalo Mendes da Maia, que não tem o mínimo fundamento histórico.

Mas há, também, a lenda. Quase todas as vilas e cidades de Portugal têm uma lenda originária. O programa do 3º ano do 1º ciclo também fala delas, mas parece restringir o seu aproveitamento àquilo a que chama «lendas históricas», isto é narrativas mitificadas mas com um fundo verídico. Na minha opinião poderiam também utilizar-se lendas de carácter propriamente mítico, ou seja, com um significado importante do ponto de vista comunitário, mas em que a componente ficcional é dominante. Podem-se considerar como exemplos típicos destes dois tipos de lendas as duas que se relacionam com Beja, ou seja a narrativa do Lidador e a do touro que figura no seu brasão: a primeira apresenta-se com um fundo histórico; a segunda é puramente mítica.

Parece-me, porém, que o aproveitamento das lendas, quer das históricas, quer das míticas requer alguns cuidados especiais. Era disso que queria falar aqui hoje para propôr algumas reflexões e sugerir a realização de experiências didácticas, mesmo sem ter muita certeza numa matéria que não domino. Por hoje limitar-me-ei a uma lenda histórica - justamente a do Lidador -, deixando para outra ocasião a lenda do Touro de Beja, cuja interpretação me parece mais difícil, embora, a meu ver, mais interessante do que a outra. Antes de entrar na análise da narrativa e no comentário destinado a discutir o seu aproveitamento possível no ensino da História, queria ainda advertir que não falarei apenas na aplicação ao 3º e 4º anos do 1º ciclo, mas também a dois momentos do ensino da História no 2º ciclo, ou seja em dois módulos, um relativo à Reconquista e outro ao Estado Novo. Como verão, será preciso ter sempre presente que a história local só por si tem um sentido muito limitado, e que será sempre desejável, ou mesmo indispensável, fazer enquadramentos dos factos de âmbito local em acontecimentos e movimentos de âmbito nacional ou internacional.

II

Comecemos por fazer um estudo da lenda, isto é das suas diversas versões e da maneira como foi utilizada.

Trata-se de um dos passos narrativos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, isto é de uma compilação genealógica entremeada com narrativas acerca de algumas das personagens cujo parentesco se vai apresentando. Estas narrativas serviam para fixar na memória os feitos que distinguiam determinado personagem e para, conjuntamente com outras narrativas breves

ou longas, alcunhas, indicações acerca de cargos desempenhados, etc., formarem uma espécie de conjunto identificador da linhagem e que constituía o seu património simbólico. O conhecimento deste património obrigava todos os seus descendentes a cultivarem a memória dos feitos dos antepassados, e estes eram apresentados como modelos de que os vivos deviam ser dignos. Como é evidente, esses feitos eram muitas vezes dramatizados, exagerados ou mesmo puramente imaginários. Numa sociedade como a medieval, que cultivava mais o sentido e a eficácia das palavras do que a sua adequação com uma realidade já desaparecida, o problema da veracidade era secundário. O que importava era exprimir o orgulho de descender de uma pessoa invulgar, e o propósito de ser digno desse antepassado. Ao registar tais feitos o Conde D. Pedro queria dizer apenas que a linhagem dos seus descendentes costumava reivindicar tais e tais modelos.

No caso da narrativa do Lidador trata-se da história de um guerreiro que morre em combate contra os infiéis. O seu nome é Gonçalo Mendes e a sua linhagem a da Maia. Segundo o narrador, era irmão de Soeiro Mendes da Maia. Sabemos pela documentação da época que este era o rico-homem mais poderoso do seu tempo e o auxiliar mais prestigiado do Conde D. Henrique. Gonçalo Mendes está, portanto relacionado com uma personagem de cuja historicidade não se pode duvidar. Como sabem, o relato do *Livro de linhagens* é altamente dramatizado, porque se diz que Gonçalo Mendes era um velho de 95 anos e que demonstrou nesse combate uma resistência sobrehumana. Mencionam-se também outros combatentes do seu exército, tais como Egas Gomes de Sousa, Gomes Mendes Guedeão e os filhos de Egas Moniz de Ribadouro, todos eles personagens históricas, embora não rigorosamente contemporâneas. Gonçalo Mendes da Maia seria «adeantado» pelo rei Afonso Henriques, isto é encarregado pelo nosso primeiro rei de defender a fronteira com os Mouros, o que incluía também operações de ataque. Numa das suas incursões teria vencido o caudilho Almoliamar, mas ficaria gravemente ferido no combate. Ao retirar, ele e os seus homens teriam sido perseguidos por outro exército muçulmano comandado pelo rei de Tânger que entretanto chegou ao local. Este segundo combate é então descrito com mais pormenores. Os cristãos acabam por vencer, mas encontram o seu chefe morto. Levam-no para o sepultarem honradamente e ao verem o seu corpo ficam espantados por a força lhe durar tanto, porque as suas feridas eram grandes e mortais.

Procurando analisar a origem desta narrativa verifica-se facilmente que tem já todos os indícios de se tratar de um produto dominado pela escrita e pela prosa, isto é que não foi criado no contexto de uma produção oral, como eram

na origem os cantares épicos do género do *Cantar de Mio Cid* ou da *Chanson de Roland*. Revela mais influência dos romances de cavalaria do que dos poemas da Reconquista. De facto, não pertence ao texto primitivo do Conde D. Pedro, que foi escrito por volta de 1340, mas à sua segunda refundição, que foi redigida por um autor da clientela do Prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira (o pai de Nun'Álvares), o qual escrevia por volta de 1380. Tal como outras narrativas escritas pelo mesmo refundidor, também esta procura exaltar os antepassados da linhagem dos Pereiras acentuando os seus feitos guerreiros.

Se se tenta averiguar o fundo de verdade que se poderia, eventualmente, encontrar nesta «lenda», verificamos que existe outro testemunho da morte do Lidador no *Livro de linhagens do Deão*, redigido em 1343 ou pouco antes, provavelmente por um capelão do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira (precisamente o pai do prior do Hospital). É uma alusão de passagem, mas referida já à morte de Gonçalo Mendes da Maia num combate com os Mouros perto de Beja. Apesar de se tratar de uma breve alusão, ela é suficiente para admitir que o refundidor do *Livro do Conde D. Pedro* de 1380 deve ter amplificado uma narrativa breve, essa, talvez de origem oral. Não se trata, portanto, da invenção pura e simples de um ficcionista, mas de uma tradição familiar. Uma investigação cuidadosa poderia acrescentar alguns pormenores a esta conclusão. Sem descer a eles poderei dizer que Gonçalo Mendes era provavelmente o ascendente de um ramo lateral dos senhores da Maia, isto é de um filho segundo que deu origem a uma linhagem secundária. A memorização da sua morte destinar-se-ia, então, a compensar pelo prestígio guerreiro a exclusão da herança familiar e a reivindicar uma dignidade própria, além da que lhe advinha do seu sangue. O refundidor, que trabalhava por conta do Prior do Hospital, interessado em desenvolver o papel dos Pereiras na luta contra o Islão, teria aproveitado a breve lembrança deste episódio para lhe dar um relevo muito maior, uma vez que encontrou ligações entre ele e a família de Pereira.

Deixemos agora estas hipóteses interpretativas acerca da possível origem da «lenda», para reter um dado fundamental: o de ela ter sido criada para exaltar uma família e alimentar o seu ideal guerreiro. Vejamos agora o seu percurso depois do século XIV. Dado o carácter da narrativa, não admira que Fr. António Brandão lhe tenha dado grande relevo, no volume III da *Monarquia Lusitana*, ao tratar das lutas de Afonso Henriques com os Mouros. Inserindo-a na história nacional, retirava-lhe o carácter de um «lenda» familiar para lhe atribuir o prestígio da narrativa histórica. Atribuía-lhe mesmo uma data hipotética, o ano de 1170. O seu dramatismo fazia dela um elemento

privilegiado para a transformar em episódio histórico. Como sabem nessa época, ou seja no século XVII, a História estava ainda incluída no género retórico, e por isso os factos com maior carga dramática tornam-se os mais adequados para compor o discurso histórico, mesmo em autores tão cuidadosos na crítica das fontes como era de facto Fr. António Brandão.

Com o desenvolvimento da crítica histórica e do positivismo, o destino da «lenda» sofre uma inflexão cujo principal impulsionador é Alexandre Herculano. Por um lado, pretendendo fazer história, isto é narrar os principais factos de um passado objectivo, Herculano, na *História de Portugal*, admite a verosimilhança do episódio, apoiando-se no *Livro de linhagens do Deão*, ou seja na breve alusão à sua morte em combate perto de Beja, mas acentua a inverosimilhança do desenvolvimento ficcional da narrativa tal como ela é apresentada pelo *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*. Correspondia este processo ao habitualmente praticado naquela época de procurar as origens históricas das lendas e cantares épicos. A sobriedade do *Deão* parecia-lhe garantia suficiente para admitir o acontecimento em si mesmo. Por outro lado, cedendo ao seu pendor romântico, de autor fascinado pela Idade Média e pelo seu culto dos heróis, Herculano, transpõe para uma narrativa dramatizada ao gosto da época, a história da «morte do Lidador». É, como se sabe um dos trechos mais conhecidos das suas *Lendas e narrativas*. Curiosamente, procede a um trabalho análogo ao do refundidor de 1380. Em vez, porém, de colocar a lenda ao serviço de uma família, põe-na ao serviço da Pátria. Sabe perfeitamente que está a ficcionar. Não hesita mesmo em inventar discursos e diálogos, que dão teatralidade à narrativa, mas são obviamente inverosímeis. Mas a dramatização serve-lhe às mil maravilhas para fazer do herói um modelo fascinante para os cidadãos do seu tempo, empenhados em construir uma nova Pátria, liberal, culta e cheia de energia. Os infiéis representam simbolicamente os partidários do antigo regime, os obscurantistas, os adversários do progresso nacional.

A transposição ficcional de Herculano, situa-se, portanto, no mesmo plano que o romance histórico. Não se pode isolar «A morte do Lidador» desse contexto. Por mais paixão que Herculano pusesse na escrita, e por mais admiração que tivesse pela Idade Média, tratava-se, para ele, de um exercício literário. O sucesso que obteve, porém, levou o público a transformar o Lidador num herói «histórico» e a sua morte heróica num facto verídico. O episódio servia às mil maravilhas para povoar a história pátria de heróis, como se eles fossem os antepassados comuns de todos os portugueses, passando assim a desempenhar uma função análoga aos antepassados míticos das famílias nobres

medievais apresentados para os seus membros como modelos de comportamento. Tal foi o aproveitamento liberal, e depois republicano e escolar, da figura de Gonçalo Mendes da Maia.

Com o Estado Novo, deu-se ainda uma outra inflexão no destino da «lenda». Em vez de se acentuar a heroicidade da morte, passou a sublinhar-se a vitória sobre os Mouros, inimigos da fé. Subentendia-se assim, que era preciso combater até à morte os inimigos da Pátria, morrer por ela, se preciso fosse. Os inimigos da Pátria eram, simbolicamente, todos os estrangeiros em geral e os traidores à pátria em particular, ou seja também os inimigos internos, aqueles que procuravam a subversão da ordem estabelecida, que agiam a soldo de potências internacionais, em suma, os comunistas. A identificação da Pátria com a fé, permitia também fazer da história nacional uma contínua cruzada, uma luta contra os infiéis. A cruzada inicial de que tinha nascido a Nação era a gesta fundadora que havia traçado para sempre o caminho redentor que reconduziria os portugueses ao seu destino próprio. A gesta do Lidador servia às mil maravilhas para esse aproveitamento exemplar. Daí a sua representação frequente em azulejos, como o do jardim do Lidador, ou a figuração do herói num monumento, como o que está aqui em Beja no mesmo jardim.

Como se vê, a «lenda» do Lidador está profundamente marcada por aproveitamentos ideológicos bem pouco favoráveis a um efectivo conhecimento do passado. Apesar de tudo, é preciso reconhecer, até por causa do sucesso secular que efectivamente teve, a sua notável capacidade mobilizadora. Tem a carga dramática ideal para interessar adolescentes e, por isso mesmo, para tentar fazer dela o ponto de partida para um aproveitamento pedagógico positivo. É isso o que tentarei fazer a seguir.

III

Lembro que o uso didáctico da «lenda» do Lidador deverá ser diferente conforme a fase de ensino em que se está. Em termos gerais, e para respeitar as propostas dos programas oficiais, farei sugestões concretas sucessivamente para o 3º, o 4º e o 5º anos. Volto a referir que a minha falta de experiência deverá levar a que as minhas propostas sejam elas próprias submetidas a um rigoroso exame por quem tenha mais prática do que eu no ensino a crianças e adolescentes.

Vejamos, em primeiro lugar, o 3º ano, no contexto da iniciação à história local.

Pode-se sugerir uma visita dos alunos ao Jardim do Lيدador, uma explicação dos azulejos e uma apresentação da estátua. Depois uma leitura dos passos mais dramáticos do episódio tal como ele foi romanceado por Herculano, ou melhor a sua adaptação oral sem, todavia, lhe tirar o dramatismo. Em seguida, mostrar que se trata de facto de um episódio romanceado, chamando a atenção para a inverosimilhança dos pormenores: a idade de 95 anos, os exageros épicos, a improbabilidade dos diálogos. Parece-me que a inverosimilhança deve ser descoberta pelos próprios alunos. Basta perguntar-lhes se eles acreditam na história e porque é que lhes parece exagerada. Depois pode-se fazer a comparação com heróis ficcionais conhecidos dos alunos: o Rambo, o Superhomem ou o Dragon Ball, por exemplo. Mostrar que por detrás de histórias de heróis está muitas vezes a amplificação ou o exagero de acções verídicas excepcionais. Referir que histórias como estas se criam ou amplificam para exortar ao combate. Gonçalo Mendes era para as pessoas do seu tempo, que viviam numa época de lutas com os mouros, uma espécie de Superhomem. Contar que a cidade de Beja pertencia aos muçulmanos e que foi conquistada pelos cristãos, e que em torno dela se deram muitos combates antes de ter passado definitivamente para o lado dos cristãos (a meu ver devem-se evitar a designação de «portugueses», ou então dizer que os habitantes de Beja passaram a ser também portugueses, e que os derrotados não foram eles mas os seus chefes). O combate em que morreu o Lيدador foi certamente um desses, mas houve certamente muitos outros que não ficaram na história. Nessas lutas morreram muitos combatentes, de um lado e do outro, de que ninguém fala. Por fim, referir que os muçulmanos também tinham os seus heróis e que eles também combateram com valentia para defenderem as suas terras dos ataques dos cristãos.

No 4º ano, como se sabe, passa-se da história local à história nacional. Pode-se voltar ao jardim do Lيدador e recordar a lenda. O cenário da lição, porém, parece-me dever ser antes o castelo e a basílica paleo-cristã. Nesse caso, pode-se apontar os vestígios romanos junto às muralhas, passar pelo museu paleo-cristão e depois voltar às muralhas para fazer notar que serviram para defender a cidade no tempo dos romanos, dos visigodos, dos muçulmanos e dos cristãos. Para ilustrar as lutas entre cristãos e muçulmanos recordar a lenda de Gonçalo Mendes, dizer que ele vinha do Norte, apontar, mesmo, no mapa, a região da Maia, perto do Porto. Dizer que juntamente com ele vieram muitos cavaleiros de famílias ricas do Norte, mas que não podiam herdar porque as principais terras da família ficavam para o irmão mais velho, e que com eles veio muita gente pobre que eram como emigrantes à procura de sustento. Muitos deles morreram em combate, outros fixaram-se nas terras do Sul e

expulsaram os seus proprietários mouros ou puseram-nos ao seu serviço. E para evitar que os alunos tomem o partido do vencedor, mostrar algum vestígio da civilização islâmica e apontar uma série de palavras árabes que mostram como prestigiante a marca islâmica que se conserva até hoje. Estas informações podem, e devem ser, creio eu, bastante ligeiras, uma vez que depois se voltam a apresentar com mais detalhes no 5º ano.

No 5º ano, a «lenda» Lidador pode-se aproveitar de novo como ponto de partida para dar o subtema a que o programa chama «Os muçulmanos». Posso sugerir que se leia não já a transposição literária de Herculano, mas o próprio texto do *Livro de linhagens*, ou melhor, talvez, uma transcrição que substitua os termos pouco conhecidos por outros mais correntes, como «combate» por «lide», «intensa» por «aficada», «contentes» ou «alegres» por «ledos», etc. Mas se parecer demasiado difícil para os alunos, ou trabalhoso para o professor, pode-se voltar a ler Herculano, agora na íntegra ou pelo menos na sua maior parte. Mostrar que o autor, seja do *Livro de linhagens*, seja das *Lendas e narrativas* considera os muçulmanos com «maus» e os cristãos como «bons». Perguntar, depois, se os alunos acham que a História serve para exaltar os bons e censurar os maus. Se a História não deve antes contar o que se passou sem tomar partido por uns nem por outros, ou melhor, mostrando o que se deve a uns e a outros. Mostrar, a seguir, que os «vencidos» também contribuíram para a construção de Portugal. Fazer notar que perderam a guerra, mas ensinaram os sistemas de rega, a olaria, a cerâmica, que organizaram o comércio, criaram a organização municipal, inventaram o zero e assim facilitaram as operações da matemática. Apontar várias palavras portuguesas de origem árabe, como, por exemplo «algarismo». Falar nas mourarias que existiam em várias cidades portuguesas mesmo depois da reconquista, apontar os trabalhos que eles executavam nos couros, como ferreiros ou na construção civil. Enfim concluir que se se conta a lenda do Lidador para depreciar a civilização islâmica, como parece fazer Herculano, se trata de uma lenda injusta e deturpadora da realidade histórica. Que se devem admirar os heróis, mas não desprezar os vencidos, sobretudo se eles, como aconteceu com os mouros, desempenharam um papel tão importante na construção do País.

No 5º ano há ainda um subtema intitulado «Os anos da Ditadura». Pode então voltar-se ao jardim do Lidador, e repetir o resumo da lenda. Observar cuidadosamente o azulejo e a estátua, procurar identificar os autores e sublinhar a data em que foram feitos ou seja em 1940, no ano em que se deu imenso relevo à comemoração do centenário da fundação e da restauração da nacionalidade. Comparar com outros aproveitamento ideológicos salazaristas

da noção de cruzada, mostrando, nomeadamente aquele célebre desenho em que a figura de Afonso Henriques, inspirada na estátua de Soares dos Reis, aparece com a cabeça de Salazar. Fazer notar a identificação implícita dos muçulmanos com os comunistas, e destes como anti-cristãos e anti-patriotas. Fazer notar também que só essa identificação pode explicar que se tenha escolhido para a legenda do azulejo, a imaginária frase de Gonçalo Mendes «Perro infiel», etc., que exprime um imenso ódio e desprezo pelos inimigos. Pode-se finalmente explicar que o Estado Novo mandou reconstruir muitos castelos em todo o País, mas que este trabalho não se deveu apenas a uma obra de preservação do património nacional, o que é positivo e meritório, mas também a uma propaganda nacionalista, que fazia dos castelos o símbolo de um país combativo e vencedor de todos os inimigos e que atribuía ao exército um papel fundamental na sua organização. Se o professor tiver paciência para isso e gostar de investigar, seria interessante averiguar se antes de 1940 havia ou não em Beja uma tradição local acerca de Gonçalo Mendes da Maia, ou se esta figura era afinal um produto de uma cultura do poder estabelecido, sem repercussões populares e sem nunca ter sido assimilada pela comunidade como um herói verdadeiramente seu, o que significaria que o Estado Novo prolongaria o domínio do Sul pelo Norte.

Como se vê, não proponho uma utilização pura e simples da narrativa e de factos considerados da História local para ir formando uma noção correcta de passado histórico. Por um lado considero importante que se utilizem narrativas coerentes e completas, e não apenas breves resumos que perdem toda a sua eficácia dramática e capacidade comunicativa. Por outro lado, parece-me ainda mais importante inculcar o sentido da diferença entre a narrativa atraente, e mesmo exemplar, e a realidade histórica. Ao apelar para a noção da realidade *versus* ficção, da objectividade *versus* aparência, convida-se o aluno à crítica. Mostra-se que a História não trata apenas do passado e que ela é fundamental para conhecer o mundo em que vivemos. Ora a capacidade crítica é a principal arma contra os enganos a que tanta gente nos quer sujeitar por razões de todo género, mas que passam sempre por uma deturpação da realidade. Nunca é demasiado cedo para formar e exercitar a crítica, ou seja, a capacidade para distinguir o verdadeiro do falso, do provável ou do possível. O ensino da História, mais do que transmissão de conhecimentos para fixar na memória e cuja aplicação à vida corrente é muito duvidosa, deve ser uma disciplina verdadeiramente formativa da mente do aluno em toda a sua dimensão humana.